**ESTADO DO AMAZONAS**

**TRIBUNAL DE CONTAS**

**PROCESSOS JULGADOS PELO EGRÉGIO TRIBUNAL PLENO DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO**

**DO AMAZONAS, SOB A PRESIDÊNCIA DO EXMO. SR. CONSELHEIRO ÉRICO XAVIER DESTERRO E**

**SILVA, NA 23ª SESSÃO ADMINISTRATIVA DE 05 DE JULHO DE 2022.**

**JULGAMENTO EM PAUTA: CONSELHEIRO-RELATOR: ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA.**

**PROCESSO Nº 004949/2022 –** Requerimento de Concessão de Licença Especial, referente ao quinquênio

2

017/2022, bem como a conversão em indenização pecuniária, tendo como interessada a servidora Andréa

Menezes Barbosa.

**ACÓRDÃO ADMINISTRATIVO Nº 267/2022:** Vistos, relatados e discutidos estes autos acima

identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do

Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelo art. 12, inciso

I, alínea “b” e inciso X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade,** nos termos do voto do

Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, com base na Informação da **DIRH** e no Parecer da **DIJUR**, no

sentido de: **9.1. DEFERIR** o pedido da servidora **Andréa Menezes Barbosa,** Assistente de Controle Externo

C, ora lotada na Diretoria de Segunda Câmara - DISEG, quanto à concessão da Licença Especial de 3 (três)

meses, bem como a conversão de 90 (noventa) dias em indenização pecuniária, **referente ao quinquênio**

**2**

**017/2022**, em consonância com o art. 6°, inciso V, da Lei Estadual nº 3.138/2007 e art. 7º, parágrafo 1º,

inciso V, da Lei nº 4743/2018 c/c art. 78 da Lei nº 1.762/1986, vedados os descontos de imposto de renda e

de caráter previdenciário; **9.2. DETERMINAR** à *DRH* que: **a)** Providencie o registro da concessão da Licença

Especial e da conversão de 90 (noventa) dias em indenização pecuniária, em razão da licença especial não

gozada, referente ao quinquênio **2017/2022**; **b)** Aguarde o cronograma financeiro a ser disponibilizado pela

DIORF para elaboração da respectiva folha de pagamento, conforme Cálculo de Indenização de Licença

Especial nº **28/2022 - DIPREFO; c)** Em seguida, encaminhe o caderno processual à DIORF para pagamento

das verbas indenizatórias em observância ao cronograma financeiro. **9.3. ARQUIVAR** o processo nos termos

regimentais, após o cumprimento integral do *decisum*.

**PROCESSO Nº 006595/2022 –** Requerimento de Concessão de Licença Especial, referente ao quinquênio

2

017/2022, bem como a conversão em indenização pecuniária, tendo como interessado o servidor Lindoberto

Queiroz dos Santos.

**ACÓRDÃO ADMINISTRATIVO Nº 268/2022:** Vistos, relatados e discutidos estes autos acima

identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do

Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelo art. 12, inciso

I, alínea “b” e inciso X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade,** nos termos do voto do

Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, com base na Informação da **DIRH** e no Parecer da **DIJUR**, no

sentido de: **9.1. DEFERIR** o pedido da servidor **Lindoberto Queiroz dos Santos,** Auditor Técnico de Controle

Externo, matrícula nº 001814-7A, quanto à concessão da Licença Especial de 3 (três) meses, bem como a

conversão de 90 (noventa) dias em indenização pecuniária, **referente ao quinquênio 2017/2022**, em

consonância com o art. 6°, inciso V, da Lei Estadual nº 3.138/2007 e art. 7º, parágrafo 1º, inciso V, da Lei nº

4

743/2018 c/c art. 78 da Lei nº 1.762/1986, vedados os descontos de imposto de renda e de caráter

previdenciário; **9.2. DETERMINAR** à *DRH* que: **a)** Providencie o registro da concessão da Licença Especial e

da conversão de 90 (noventa) dias em indenização pecuniária, em razão da licença especial não gozada,

referente ao quinquênio **2017/2022**; **b)** Aguarde o cronograma financeiro a ser disponibilizado pela DIORF



**ESTADO DO AMAZONAS**

**TRIBUNAL DE CONTAS**

para elaboração da respectiva folha de pagamento, conforme Cálculo de Indenização de Licença Especial nº

0

19/2022 - DIPREFO [(0273189)](https://sei.tce.am.gov.br/sei/controlador.php?acao=protocolo_visualizar&id_protocolo=314700&id_procedimento_atual=308262&infra_sistema=100000100&infra_unidade_atual=110000019&infra_hash=329e65b7aebb558498e050fbfc0a55212bd95a49897246cd53b83be33de0eceb); **c)** Em seguida, encaminhe o caderno processual à DIORF para pagamento

das verbas indenizatórias em observância ao cronograma financeiro. **9.3. ARQUIVAR** o processo nos termos

regimentais, após o cumprimento integral do *decisum*.

**PROCESSO Nº 004698/2022 –** Requerimento de Concessão de Licença Especial, referente ao quinquênio

2

017/2022, bem como a conversão em indenização pecuniária, tendo como interessado o servidor Rildo José

Catão de Aguiar.

**ACÓRDÃO ADMINISTRATIVO Nº 269/2022:** Vistos, relatados e discutidos estes autos acima

identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do

Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelo art. 12, inciso

I, alínea “b” e inciso X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade,** nos termos do voto do

Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, com base na Informação da **DIRH** e no Parecer da **DIJUR**, no

sentido de: **9.1. DEFERIR** o pedido do servidor **Rildo José Catão de Aguiar**, Assistente de Controle Externo

“

C”, Matrícula n. 0002747-A, lotado na DICAMI, quanto à concessão da Licença Especial de 3 (três) meses,

bem como a conversão de 90 (noventa) dias em indenização pecuniária, **referente ao quinquênio**

**017/2022**, em consonância com o art. 6°, inciso V, da Lei Estadual nº 3.138/2007 e art. 7º, parágrafo 1º,

**2**

inciso V, da Lei nº 4743/2018 c/c art. 78 da Lei nº 1.762/1986, vedados os descontos de imposto de renda e

de caráter previdenciário; **9.2. DETERMINAR** à *DRH* que: **a)** Providencie o registro da concessão da Licença

Especial e da conversão de 90 (noventa) dias em indenização pecuniária, em razão da licença especial não

gozada, referente ao quinquênio **2017/2022**; **b)** Aguarde o cronograma financeiro a ser disponibilizado pela

DIORF para elaboração da respectiva folha de pagamento, conforme Cálculo de Indenização de Licença

Especial **N. 027/2022 - DIPREFO** [(0278365);](https://sei.tce.am.gov.br/sei/controlador.php?acao=protocolo_visualizar&id_protocolo=320540&id_procedimento_atual=291283&infra_sistema=100000100&infra_unidade_atual=110000019&infra_hash=a4c4ab813855c0d1fa1c5215858ff711c7c0346b961d96b2bf9a03b4885ea9d1) **c)** Em seguida, encaminhe o caderno processual à DIORF para

pagamento das verbas indenizatórias em observância ao cronograma financeiro. **9.3. ARQUIVAR** o processo

nos termos regimentais, após o cumprimento integral do *decisum*.

**PROCESSO Nº 005084/2022 –** Solicitação de Pagamento de Verbas Rescisórias, tendo como interessada a

Sra. Adriane Nobre Diniz.

**ACÓRDÃO ADMINISTRATIVO Nº 270/2022:** Vistos, relatados e discutidos estes autos acima

identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do

Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelo art. 12, inciso

I, alínea “b” e inciso X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade,** nos termos do voto do

Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, com base na Informação da **DIRH** e no Parecer da **DIJUR**, no

sentido de: **9.1. DEFERIR** o pedido da ex-servidora **Adriane Nobre Diniz**, Assessora de

Procurador, matrícula nº 00035475A, no sentido de **reconhecer** o direito à indenização das verbas rescisórias

no valor de **R$ 32.749,80** (trinta e sete mil, setecentos e quarenta e nove reais e oitenta centavos), conforme

tabela do Cálculo de Verbas Rescisórias nº 68/2022/DIPREFO/DRH [(0281866);](https://sei.tce.am.gov.br/sei/controlador.php?acao=protocolo_visualizar&id_protocolo=324444&id_procedimento_atual=294204&infra_sistema=100000100&infra_unidade_atual=110000019&infra_hash=12f2dc8602f0a7c48e67179ca5ed76b51ee6c353e9f0e2713759ba96847f7cbd) **9.2.**

**DETERMINAR** à **Diretoria de Recursos Humanos** que: **a)** Providencie o registro da indenização, objeto dos

presentes autos; **b)** Aguarde o cronograma financeiro a ser disponibilizado pela DIORF e, em seguida,

mediante disponibilidade financeira e orçamentária, encaminhe o feito à referida Diretoria para que proceda

ao pagamento dos valores referentes à indenização das verbas rescisórias; **c)** Comunique ao interessado

quanto ao teor da decisão. **9.3. ARQUIVAR** o processo nos termos regimentais, após o cumprimento integral

do *decisum*.



**ESTADO DO AMAZONAS**

**TRIBUNAL DE CONTAS**

**PROCESSO Nº 006023/2022** – Solicitação de Pagamento de Verbas Rescisórias, tendo como interessada a

Sra. Jussara Karla Sahdo Mendes.

**ACÓRDÃO ADMINISTRATIVO Nº 271/2022:** Vistos, relatados e discutidos estes autos acima

identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do

Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelo art. 12, inciso

I, alínea “b” e inciso X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade,** nos termos do voto do

Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, com base na Informação da **DIRH** e no Parecer da **DIJUR**, no

sentido de: **9.1. DEFERIR** o pedido da Senhora **Jussara Karla Sahdo Mendes**, matrícula nº 5126-E, que

ocupou os cargos de Chefe de Gabinete da Vice-Presidência, Chefe de Gabinete da Corregedoria, bem como

de Diretora na Primeira Câmara, no sentido de **reconhecer** o direito à indenização das verbas rescisórias no

valor de **R$ 84.879,54** (oitenta e quatro mil, oitocentos e setenta e nove reais e cinquenta e quatro centavos),

conforme a tabela do Cálculo de Verbas Rescisórias nº 66/2022/DIPREFO/DRH [(0280254);](https://sei.tce.am.gov.br/sei/controlador.php?acao=protocolo_visualizar&id_protocolo=322648&id_procedimento_atual=302425&infra_sistema=100000100&infra_unidade_atual=110000019&infra_hash=7d8bafee0596e69e8bb9677a64eaed51a254a3bf7d6bd2ec2844cb362a8229a2) **9.2.**

**DETERMINAR** à **Diretoria de Recursos Humanos** que: **a)** Providencie o registro da indenização, objeto dos

presentes autos; **b)** Aguarde o cronograma financeiro a ser disponibilizado pela DIORF e, em seguida,

mediante disponibilidade financeira e orçamentária, encaminhe o feito à referida Diretoria para que proceda

ao pagamento dos valores referentes à indenização das verbas rescisórias; **c)** Comunique a interessada

quanto ao teor da decisão. **9.3. ARQUIVAR** o processo nos termos regimentais, após o cumprimento integral

do *decisum*.

**PROCESSO Nº 006082/2022 –** Solicitação de Pagamento de Verbas Rescisórias, tendo como interessado o

Sr. Moaci Dias Fontineli.

**ACÓRDÃO ADMINISTRATIVO Nº 272/2022:** Vistos, relatados e discutidos estes autos acima

identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do

Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelo art. 12, inciso

I, alínea “b” e inciso X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade,** nos termos do voto do

Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, com base na Informação da **DIRH** e no Parecer da **DIJUR**, no

sentido de: **9.1. DEFERIR** o pedido do ex-servidor **Moaci Dias Fontineli** e reconhecer o direito à indenização

das verbas rescisórias no valor de **R$ 40.875,90** (quarenta mil, oitocentos e setenta e cinco reais e noventa

centavos), conforme tabela do Cálculo de Verbas Rescisórias [(0282110);](https://sei.tce.am.gov.br/sei/controlador.php?acao=protocolo_visualizar&id_protocolo=324716&id_procedimento_atual=302946&infra_sistema=100000100&infra_unidade_atual=110000019&infra_hash=1e540f8e10954e02bf108d910abe784457420ea1e0f8ddc2f2502046d65f4549) **9.2. DETERMINAR** à **Diretoria de**

**Recursos Humanos** a adoção de providências para que: **a)** Providencie o registro da indenização, objeto dos

presentes autos; **b)** Aguarde o cronograma financeiro a ser disponibilizado pela DIORF e, em seguida,

mediante disponibilidade financeira e orçamentária, encaminhe o feito à referida Diretoria para que proceda

ao pagamento dos valores referentes à indenização das verbas rescisórias; **c)** Comunique ao interessado

quanto ao teor da decisão. **9.3. ARQUIVAR** o processo nos termos regimentais, após o cumprimento integral

do *decisum*.

**PROCESSO Nº 004549/2022 –** Solicitação de Pagamento de Verbas Rescisórias, tendo como interessado o

Sr. Leonardo Saunders Fernandes Santos.

**ACÓRDÃO ADMINISTRATIVO Nº 273/2022:** Vistos, relatados e discutidos estes autos acima

identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do

Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelo art. 12, inciso

I, alínea “b” e inciso X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade,** nos termos do voto do

Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, com base na Informação da **DIRH** e no Parecer da **DIJUR**, no

sentido de: **9.1. DEFERIR** o pedido de exoneração do senhor **Leonardo Sauders Fernandes**



**ESTADO DO AMAZONAS**

**TRIBUNAL DE CONTAS**

**Santos** e reconhecer o direito à indenização das verbas rescisórias no valor de **R$ 9.269,25** (nove mil,

duzentos e sessenta e nove reais e vinte e cinco centavos), conforme tabela do Cálculo de Verbas Rescisórias

[(0281941);](https://sei.tce.am.gov.br/sei/controlador.php?acao=protocolo_visualizar&id_protocolo=324528&id_procedimento_atual=289923&infra_sistema=100000100&infra_unidade_atual=110000019&infra_hash=989d49c7df64fb9390131e422f5a9a4bdaa32bb6af2447684ea6b76ebb18ff43) **9.2. DETERMINAR** à **Diretoria de Recursos Humanos que: a)** Providencie o registro da

indenização, objeto dos presentes autos; **b)** Aguarde o cronograma financeiro a ser disponibilizado pela

DIORF e, em seguida, mediante disponibilidade financeira e orçamentária, encaminhe o feito à referida

Diretoria para que proceda ao pagamento dos valores referentes à indenização das verbas rescisórias; **c)**

Comunique ao interessado quanto ao teor da decisão. **9.3. ARQUIVAR** o processo nos termos regimentais,

após o cumprimento integral do *decisum*.

**PROCESSO Nº 003253/2022 –** Solicitação de Averbação de Tempo de Contribuição e pagamento da parcela

denominada Adicional por Tempo de Serviço, tendo como interessado o servidor José Raimundo Maquine

Junior.

**ACÓRDÃO ADMINISTRATIVO Nº 274/2022:** Vistos, relatados e discutidos estes autos acima

identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do

Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelo art. 12, inciso

I, alínea “b” e inciso X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade,** nos termos do voto do

Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, com base na Informação da **DIRH** e no Parecer da **DIJUR**, no

sentido de: **9.1. DEFERIR PARCIALMENTE** o pedido do servidor **José Raimundo Maquiné Junior**, Auditor

Técnico de Controle Externo, Matricula nº 001.810-4A, lotado na Diretoria de Controle Externo da

Administração Direta Estadual - DICAD, para determinar a averbação de **3.092 (três mil, e noventa e dois)**

**dias, ou seja 8 (oito) anos, 05 (cinco) meses e 22 (vinte e dois) dias de tempo de contribuição**; **9.2.**

**DETERMINAR** à **Diretoria de Recursos Humanos** que: **9.2.1. Adote de providências** para a averbação do

Tempo de Contribuição no assentamento funcional do servidor **José Raimundo Maquiné Junior; 9.2.2.**

**Realize o sobrestamento** do pedido referente ao **pagamento da parcela denominada Adicional por**

**Tempo de Serviço - ATS** até o transcurso do lapso temporal de 25 (vinte e cinco) meses, estipulado pelo

Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, para a produção dos efeitos financeiros de sua concessão, bem

como o trânsito em julgado da ADI.

**SECRETARIA DO TRIBUNAL PLENO DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS**, em

Manaus, 05 de julho de 2022.

